

Os limites do individualismo metodológico

José Stênio Souza¹

RESUMO

O trabalho centra esforços no sentido de uma viagem na direção das proposições metodológicas no contexto da História do Pensamento Econômico, e comprometido com a tese de que o corpo de conhecimento deva ser edificado sob o signo da verdade a partir da dinâmica das relações sociais no mundo real e que aceite o path dependence enquanto condição essencial para leitura dialética do mundo concreto.

ABSTRACT

The work focuses efforts towards a journey towards methodological propositions in the context of the History of Economic Thought, and committed to the thesis that the body of knowledge should be built under the sign of truth from the dynamics of social relations in the world real and that accepts path dependence as an essential condition for a dialectical reading of the concrete world

Keywords: método, individualismo, dedução hipotética, histórico dedutivo

INTROITO

O método se constitui, para qualquer ciência, o gargalo teórico porque é condição antecedente na investigação do objeto de pesquisa.

Na perspectiva da Ciência Econômica, a literatura não esconde a indecisão de seus pensadores, seja porque não conseguiram eleger e formatar um método, seja porque não foram claros e concisos no manuseio de procedimentos metodológicos.

Ainda assim, se pode inferir que os economistas clássicos como Adam Smith, Thomas Malthus e Karl Marx deram contribuições significativas ao pensamento econômico na ótica do método histórico-dedutivo.

Por outro lado, a adoção do método hipotético-dedutivo já se faz presente em J. Stuart Mill(1836), ao eleger o HOMO ECONOMICUS enquanto paradigma de uma ciência cujos pressupostos permitiam superar a incerteza e desprezar o entorno dos indivíduos.

Efetivamente, os pensadores neoclássicos – anos 1870 – se apropriaram da proposição de Mill, consolidando uma proposta de construção teórica que se aliena do mundo real, e melancolicamente,

defendem a linguagem matemática no sentido da economia como uma ciência exata.

O texto é um intento de leitura do embate, na história do pensamento econômico, entre proposições centradas no recurso da dedução hipotética e do histórico dedutivo, e aqui, tendo como pano de fundo a perspectiva do olhar crítico, considerando o propósito de enxergar os limites do individualismo metodológico.

O texto, por outro lado, comunga da tese de pensadores que insistem em questionar a lógica do comportamento individual, ao desprezar o interesse coletivo no processo de criar e multiplicar a riqueza econômica, em particular, a irresponsabilidade neoclássica – método linear e ahistórico – que se mantém na agenda dos novos-clássicos e dos novos-keynesianos.

Enfim, neste contexto, não perder de vista que Smith, Ricardo, Malthus e especial Marx – diferenciado pela dialética – se propunham a estudar e compreender as articulações entre as classes de trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra na sociedade capitalista, bem distante de quem buscava explicar os fenômenos econômicos a partir de escolhas individuais sob o signo da tese de harmonia social.

01.O INIDIVIDUALISMO METODLOGICO

O pensamento é um predicado do homem que modula o fazer Ciência, no sentido da leitura, compreensão e explicação dos fenômenos que pontuam as áreas de conhecimento.

A construção do conhecimento científico, portanto, é a produção de paradigmas, que podem ser ou não, meros espetáculos teóricos, virtuosos no expor e caracterizar o objeto de investigação, mesmo sem o saber do como se chega a uma certa conclusão.

O “amor” da Economia pela linguagem da matemática, na investigação e explicação do fenômeno econômico, parece ter razões que, em última instância, para a racionalidade científica só se encontra na agenda do mainstream. Pior, expulsa o debate ontológico, como diz Steven Cohn, se esconde por atrás da epistemologia da tela branca, vazia das propriedades intrínsecas do objeto de estudo.

1.01.Do método hipotético-dedutivo ao histórico-dedutivo

A “*batalha dos métodos*”, em última instância, marca o momento histórico de negação do liberalismo individualista e o pressuposto da harmonia social apregoada pelas proposições ortodoxas.

O embate entre a agenda clássica da Ciência Econômica e a Escola Histórica Alemã, representada por Roscher, Wagner, Knies, Hildebrand e especial o pensador Schmoller, também alcançaria os pensadores neoclássicos na evolução do pensamento econômico.

A batalha inicia com a publicação “Princípios de Economia” do Menger, ano de 1871, com ataque vigoroso sobre o modo de pensar da Escola Histórica Alemã. Do outro lado, SCHMOLLER – expoente da escola - responde agressivamente à Menger, e o debate entre a perspectiva racionalista e a histórica, se estende até os anos de 1910

O argumento da Escola Histórica Alemã está na

“...defesa da unidade orgânica da nação Alemã, da superioridade dos fins coletivos e das especificidades histórica e geográfica das economias...”(CORAZZA, pp.119. 2009).

Aceito o risco de ser “generalista”, no olhar sobre a evolução da economia como ciência, se pode inferir que um grupo de pensadores elege o método hipotético-dedutivo na investigação dos fenômenos econômicos na perspectiva das ações individuais do HOMO ECONOMICUS – racional, previsível e de total conhecimento do mercado -, que resulta em proposta teórica matematicamente precisa do fenômeno econômico.

Em outra direção, caminham os que enxergam o método histórico-dedutivo na construção do saber econômico, desenhado segundo uma epistemologia e ontologia, em que a teorização dos fenômenos econômicos deva levar em conta o tempo, o espaço e a história das relações econômicas, precisamente porque, parte da complexidade que pontua uma realidade que não é estática.

Considerando o propósito do texto, aqui se entende que no caso das Ciências Sociais – Ciência Econômica – se impõe o manuseio de um método que seja histórico e dialético, e assim evitar que o paradigma seja um “balaio” de proposições teóricas que não leva em conta os elementos para além dos econômicos, como diz Prado(2021).

O argumento para a assertiva acima está nas palavras de Henry Brougham – companheiro de parlamento de Ricardo – ao enfatizar que

“...as concepções do Sr. David Ricardo são na verdade abundantemente teóricas [...] de vez em quando extravagantes, graças à propensão que o Sr. Ricardo tem de levar um princípio até às últimas consequências, como se fosse um ser do outro mundo, ou como se fosse um engenheiro que construísse uma máquina sem levar em conta a resistência do ar em que ela vai operar e a força,

o peso e a fricção das partes que a compõem” (David, 1998, p. 423), (PAULANI, pp.30. 2010).

Enfim, se apropriando do modo de pensar de Steven Cohn, e tentando compreender o papel determinante do método na história do pensamento econômico na sociedade capitalista, então

“...The world’s scribblings and reflections, however, are not always easy to interpret. After sticking your hand in a fire, you might, for example, mistakenly think that orangeness causes pain...”(COHN, pp.04)¹,

precisamente porque

“...From a paradigmatic perspective, observation and thinking are active rather than passive processes. Instead of simply reflecting what is out there, the observer partially constructs what she sees...”(COHN, pp.04)²,

e certamente

“...different economic paradigms allow one to see different things...” (COHN, pp.04)³ .

1.02.Do Individualismo no Pensamento Econômico

O individualismo, em perspectiva histórica, mantém relação de correspondência com a tese da modernidade, e neste sentido, é razoável aceitar a assertiva, de que o mesmo deva ser visto como intento de negar a submissão do interesse individual ao coletivo, em especial, no pensamento cristão medieval.

Isto posto, comungando da tese de DAVIS(2003) que se utiliza de proposições de LOCKE, entende-se que no individualismo metodológico o indivíduo

“...passa a ser uma capacidade de acessar o mundo de forma objetiva, sem o intermédio de valores subjetivos, implicando que se podem descartar as influências externas como a cultura, pressões sociais, padrões comportamentais para se buscar, livremente e de forma consciente e deliberada, a verdade e o aumento da felicidade...”(ANGELI, pp.04-05. 2011).

Neste contexto, o texto no intento de crítica ao individualismo, tem como a referência a tese de que

¹Os rabiscos e reflexos do mundo, no entanto, nem sempre são fáceis de interpretar. Depois de enfiar a mão no fogo, você pode, por exemplo, pensar erroneamente que a laranjeira causa dor.

²De uma perspectiva paradigmática, a observação e o pensamento são processos ativos e não passivos. Em vez de simplesmente refletir o que está lá fora, o observador constrói parcialmente o que vê.

³diferentes paradigmas econômicos permitem ver coisas diferentes.

“...O cientista social deve tentar primeiro entender os fenômenos sociais e econômicos, encontrar suas regularidades e suas características distintivas, adotando uma análise essencialmente histórica que o leve a propor alguns fatos estilizados e suas conexões lógicas...”.

(PEREIRA, pp.176, 2009),

por entender que

“...os fatos econômicos ou as relações econômicas ocorrem em um tempo histórico, estão permanentemente mudando e, assim, as generalizações que precisam ser feitas para desenvolver uma teoria devem ser limitadas e provisórias...” (PEREIRA, pp.176, 2009).

O paradigma do individualismo tem relação de correspondência com a proposição filosófica do atomismo que no contexto social se expressa como uma unidade indestrutível, imutável e cercada por um vazio constituído de elementos que são desprezíveis à leitura da totalidade.

Definitivamente, o atomismo nas pesquisas sobre fenômenos sociais, área das Ciências Sociais, vem aparando o indivíduo humano enquanto unidade de referência, portanto, firmando a postura do individualismo metodológico na formatação de uma agenda teórica que perde vista a realidade.

1.02.1.O método na agenda dos pensadores econômicos

Ao longo da história do pensamento econômico, SÊNIOR(1936) aparece como pioneiro nos estudos sobre o método na economia, e se diferencia por propor a divisão da economia como ciência e como arte, proposições essenciais para a futura definição da economia como ciência positiva.

Em sua agenda, a economia enquanto ciência se basta com o manuseio do método abstrato, indo na mesma direção das ciências naturais.

Ainda, na agenda da economia clássica, J.S. Mill caminha na direção de defesa e formalização do método ricardiano, e deixou sua marca na história do pensamento econômico com a proposição da economia como Ciência Positiva - esfera da construção teórica -, e economia como Arte – economia normativa - isto é, campo da objetivação de políticas econômicas, ainda que segundo CORAZZA(2009) se mostre indeciso, dado que, ora aposta no método indutivo, e em seguida defende o método dedutivo.

Registre-se que segundo BLAUG(1993), J.S.Mill em '[Sistema de Lógica](#)'(1844) no intento de defender o método indutivo, surpreende e afirma que

“...ele não se aplica às ciências morais da qual faz parte a economia política...”(CORAZZA, pp.121. 2009).

Mill, por outro lado, deve ser lembrado pela sua idéia do “*homem econômico*”, racional, utilitário e maximizador, cujas ações humanas são movidas pela motivação econômica de

“...preferir mais riqueza a menos riqueza, com o menor custo possível...” (CORAZZA, pp.121. 2009),

tal que para ele

“...a economia é uma ciência abstrata que raciocina a partir de princípios e não de fatos...”(CORAZZA, pp.121. 2009).

O ano de 1823 é marcante na história do pensamento econômico, precisamente porque, data a morte de David Ricardo, fato que termina por dispersar e dividir seus herdeiros intelectuais em “fiéis seguidores”, “socialistas ricardianos” e “pensadores anti-ricardianos”.

Nesse processo, o destaque fica por conta dos pensadores anti-ricardianos que caminham na direção da agenda neoclássica, com proposta de substituir a “teoria objetiva do valor-trabalho” pela “teoria subjetiva do valor, mais precisamente a “teoria do valor utilidade”, ainda que a idéia de utilidade já, a algum tempo, tenha aparecido em Sênior(1840) e S.Mill(1848).

Se instala a agenda da escola marginalista.

A “*vitória*” da ‘*teoria do valor utilidade*’, aponta para a agenda neoclássica, e então as expectativas são de mudanças em relação ao método na Economia Política, potencializando o argumento dos indivíduos enquanto agentes que maximizam utilidade, combinado com preferências estáveis, retornos decrescentes e acesso pleno a informação.

Enfim, proposições para a defesa da tese da dedução lógica e matemática dos “iluminados marginalistas”.

Os imprevistos, ainda que aceito a simetria de informações, são desprezados pelo paradigma que nega o “path dependence”.

Não perder de vista que as novas proposições paradigmáticas se espalham até Robert Lucas com o “novo modelo clássico”, acrescido do princípio das expectativas racionais, passando antes por Solow que defende a simetria entre o crescimento econômico e o equilíbrio geral.

Por outro lado, como diz BRESSER, o fraco desempenho da agenda neoclássica se atribui ao papel dado ao HOMO ECONOMICUS, de tal modo que

“...o núcleo do pensamento neoclássico (equilíbrio geral, modelo de Solow e modelo de Lucas) estão comprometidos com a consistência lógica, e não com a correspondência com a realidade...” (PEREIRA, pp.180, 2009), dada a suposição de que todas as anomalias se constituem meros e insignificantes fatores perturbadores.

No intento de síntese dessas anomalias, PEREIRA enfatiza, na agenda neoclássica, que a moeda é portadora da propriedade de neutralidade, condição que lhe impede afetar variáveis da economia real.

Na direção da “vitória marginalista”, JEVONS (1862, 35) aponta que a riqueza e o valor, para a economia, se explicam a partir do instrumental matemático, enfatizando que para a análise econômica

“...toda pessoa escolherá o maior bem aparente, que as necessidades humanas são rapidamente saciáveis...”.

Por outro lado, JEVONS (1883) contraria fundamentos básicos – racionalidade, equilíbrio, maximização - da agenda neoclássica (marginalista) ao afirmar que

“...um homem de raça inferior, um negro, por exemplo, aprecia menos as posses e detesta mais o trabalho: seus esforços, portanto, param, logo...” (CORAZZA, pp.121. 2009).

Em MENGER (1871) não há espaço para enxergar a economia como ciência social, tal que para ele, as leis econômicas se moldam à lógica das leis da natureza, e louva a tese (1883) de que

“a regularidade dos fenômenos econômicos é totalmente independente da vontade humana”.

Não perder de vista que Menger se impôs no conflito metodológico com SCHMOLLER em relação às proposições da Escola Histórica Alemã, porque negava a tese de que

“...os contextos sociais e culturais, assim como aspectos geográficos e históricos, determinam o comportamento dos indivíduos...” (CHAFIM & KRIVOCHEIN, pp.38. 2011)

defendida por essa escola.

Do outro lado da ortodoxia, damos de cara como um pensador cujo propósito é a crítica à Economia Política Clássica, como denomina Rita Von Huntry, o senhor “Carlinho”.

Marx desenvolve seu próprio método, cuja formatação parte da assertiva de que, o capital é o ponto de partida e de finalização de sua crítica à agenda clássica, e neste sentido, entende que

“...a economia capitalista não é um aglomerado de partes, e sim uma totalidade contraditória e dialética...” (CORAZZA, pp.131. 2009)

em permanente mudança(desenvolvimento das forças produtivas).

Marx, na perspectiva de seu método, edifica a dialética a partir da realidade concreta, empírica, sensorial e histórica, e neste desenho, enxerga o homem como um ser social, produto de relações sociais de produção, historicamente determinadas.

Nesta perspectiva, para Marx, a dialética fundamenta o seu propósito de não só explicar a lei econômica, mas descobrir a lógica da lei econômica, porque compromissado em investigar a lógica de reprodução dos fenômenos econômicos e de seu desenvolvimento, aqui aceito como um
“...processo histórico dirigido por leis que se sobrepõem e determinam a vontade, a consciência e a intenção dos homens...” (CORAZZA, pp.131. 2009)

no processo de humanização da natureza.

Isto posto, Marx foge do idealismo e abraça o materialismo histórico, tal que o propósito de sua investigação está na análise das relações sociais porque materializam e condicionam as ações dos indivíduos isolados.

E como diz CORAZZA(2009), contrariando Smith, Ricardo, Mill e Robbin, Karl Marx tem consciência, plena, de que o

“...conhecimento abstrato das partes – *tese positivista*² – é insuficiente para revelar a verdadeira natureza do objeto da Economia Política...” (CORAZZA, pp.131. 2009).

isto é, o conhecimento abstrato da realidade – sociedade burguesa – não se restringe a uma contemplação do real, em última instância, é o alicerce para a reconstrução dessa realidade, dado o contraditório nas relações capitalistas de produção, senão será impossível enxergar a essência por trás da aparência da tal harmonia social da agenda clássica.

No período entre as duas grandes guerras, damos de cara como o J.M. Keynes, e que mesmo com formação neoclássica(positivista) centra fogo na agenda neoclássica edificada sob o signo da ontologia positiva que menospreza a dúvida e a incerteza.

O senhor Keynes, sistematiza seu pensamento contrariando a tese de simetria da informação do agente racional e maximizador, e faz isso a partir das especificidades da realidade econômica do seu tempo.

² Grifo do autor

Em Keynes, a visão de mundo se impõe como fonte das idéias, das ações dos agentes econômicos, flertando, assim, com a ontologia dialética para a qual

“...o ser não é estático, mas dinâmico, complexo e contraditório, envolvendo o tempo e a história...” (CORAZZA, pp.129. 2009),

condição exponencial ao seu argumento de que

“...o objetivo de investigação não é um dado, ... , mas um mundo criado pelas próprias decisões humanas...” (CORAZZA, pp.129. 2009).

Também, em flerte com Smith, Keynes enxerga a economia com uma ciência de cunho moral, e nestes termos enfatiza que esta

“...não pode por consequência ser formada por conhecimento preciso como o da física, mas por um conhecimento de natureza incerta. Conhecimento incerto é aquele do qual não se pode ter base para cálculo, mas apenas graus de probabilidade, graus de certeza...” (CORAZZA, pp.129. 2009),

porque sobre o futuro, ele diz que só há uma certeza: ‘a longo prazo, estaremos todos mortos’.

02. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Definitivamente, o estudo e a compreensão dos fenômenos econômicos impõem a obrigatoriedade de se apropriar da epistemologia e ontologia na história do pensamento econômico.

Certamente, a dificuldade na reflexão sobre o tema está no fato de que, parece na história do pensamento econômico, que ora os pensadores não abordam de forma explícita o método que se dispõem a usar, ora não são claros, coerentes e contundentes na defesa do método eleito.

Fica no ar, o questionamento, se o mainstream é apenas neoclássico, se dá para enxergar, sem cerimônia, a apropriação de postulados – economia institucional, teoria dos jogos, por exemplo – nada coerentes com a agenda neoclássica.

Se sempre, no ambiente social, haverá estruturas que levam a interação entre os indivíduos, o recurso do movimento da microfundamentação para a Macroeconomia se desmantela, se se considera que a lógica dos microfundamentos está edificada sob o signo do método hipotético-dedutivo, portanto distante da complexidade do mundo real.

E mais, como dizem alguns autores atuais: ‘o sistema só existe para um ponto, o ponto de equilíbrio. Fora dele, os indivíduos não possuem sentido algum, enquanto tomadores de decisões’.

E não são poucos, os pesquisadores que insistem no fato de que o termo instituições – conceito social – se impõe nas ciências sociais sob a tutela do individualismo, e neste sentido, a Nova Economia Institucional parece ser, em última instância, a derradeira tentativa da agenda neoclássica.

Nesta direção, efetivamente, o pressuposto do Custo de Transação - COASE e WILLIAMSON – encorpa a proposta de Governança Corporativa como pano de fundo, no sentido de evitar, que a limitação cognitiva do indivíduo, desmonte o objetivo da ação eleita, assim como obstruir o oportunismo enquanto possibilidade do indivíduo agir de forma dolosa no processo de objetivação da referida ação.

E mesmo que Schumpeter(1909) registre que formulou o conceito de “individualismo metodológico” com isenção ontológica e epistemológica, fica impossível discordar de CHARIM & KRIVOCHEIN (2011) em relação a assertiva de que

“...o conceito não está isolado destas outras dimensões filosóficas. E, é exatamente esta vinculação que torna tal princípio impraticável...”

Enfim, para o propósito do texto, se se considera a perspectiva de uma agenda que não abre mão do princípio da racionalidade maximizadora, sem probabilidade do erro, além do desprezo ao tempo, o espaço e a história, fica a pergunta:

Neste construto, os agentes são dotados do “free will?”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais. in Revista Tempo Social, Revista Sociológica da USP, Vol. 16, Nº 2. pp.36-64. 2004. São Paulo.

ANGELI, Eduardo. Uma discussão sobre o individualismo em economia. in Anais do IX Congresso Brasileiro de História Econômica, Curitiba, 2011.

CHAFIM, Fernando V. & KRIVOCHEIN, Conrado. Contribuições à crítica do individualismo metodológico na Economia. in Revista NEXOS. INDD. Vol. V, Nº 9, Dezembro de 2011. Campinas.

COHEN, S. Mark. Reintroducing Macroeconomics: A critical approach. Editora M.E.Sharpe. Capítulo 1. New York

CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. in Revista de Economia, Vol.35. Nº 02, Ano 33, pp.107-135. Maio-Agosto/2009. Editora UFPR, Curitiba. 2009.

DAVIS, J. B. (2003), *The theory of the individual in economics: identity and value*, London, Routledge.

HEMPEL, Carl G.(1966) *Philosophy of Natural Sciences*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.

PAULANI, L. Maria. Ciência Econômica e modelos de explicação científica: retomando a questão. in *Revista de Economia Política*, Vol.30, Nº 01(117). pp. 27-44, Janeiro-Março/2010. São Paulo. 2010.

PEREIRA, L.C.Bresser. Os dois métodos e o núcleo duro da Teoria Econômica. in *Revista de Economia Política*, Vol.29, No.2, (114), pp.163-190, Abril-Junho/2009. São Paulo.

PRADO, Eleutério F.S. Para Além da crítica da economia política, Blog A Terra é Redonda, in <https://aterraeredonda.com.br/para-alem-da-critica-da-economia-politica/> acesso 20.04.2021 , São Paulo. 2021.

1. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento/NAEA/UFPA, professor efetivo da UNIFESSP, coordenador do Laboratório de Inflação e Custa de Vida de Marabá e membro da equipe do LACAM/UNIFESSPA/FACE com foco a elaboração da Matriz Insumo Produto do Pará com recorte regional do Sul e Sudeste. Membro da equipe que criou o Curso de Economia na Unifesspa.